

# Imaginários populares sobre a família no varguismo e no peronismo

Mayra Coan Lago

Centro Universitário Fundação  
Santo André (FSA), Santo André,  
SP, Brasil.

[mcoann@hotmail.com](mailto:mcoann@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-7018-4683>

## Popular Imaginaries About the Family in Varguism and Peronism

**Resumo:** Durante o Estado Novo (1937-1945) e o Primeiro Peronismo (1946- 1955), Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón receberam milhares de cartas de “pessoas comuns”. As missivas foram lidas, encaminhadas e respondidas. Nosso objetivo é analisar e comparar a construção dos imaginários populares sobre a família durante estes regimes utilizando como fontes principais as cartas que foram enviadas aos governantes. Os imaginários sociais sobre a família foram interpretados, mobilizados e utilizados de maneiras distintas por estas pessoas para apresentarem suas percepções, aflições, aspirações e reivindicações, o que revela as particularidades dos pactos políticos estabelecidos nestes países.

**Palavras-chave:** Cartas; Varguismo; Peronismo

**Abstract:** During the Estado Novo (1937-1945) and the First Peronism (1946-1955), Getúlio Vargas and Juan Domingo Perón received thousands of letters from “ordinary people”. The missives were read and answered. Our objective is to analyze and compare the construction of popular imaginaries about the family using these regimes as main sources such as letters that were sent to the rulers. The imaginaries about a family were interpreted, mobilized and used in different ways by these people to present their social representations, afflictions, aspirations and claims, showing the particularities of these political pacts.

**Keywords:** Letters; Varguism; Peronism.

Durante o Estado Novo (1937-1945) e o Primeiro Peronismo (1946-1955), Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón receberam milhares de cartas de pessoas comuns<sup>1</sup>. Apesar das particularidades conjunturais e nacionais, em ambos os países, as cartas foram enviadas para órgãos específicos que eram responsáveis pelo recebimento, encaminhamento para os Ministérios correspondentes e resposta das correspondências para os missivistas.

No caso do Brasil, o principal órgão associado ao poder Executivo era a Secretaria da Presidência da República, responsável pelo Gabinete Civil e serviços anexos, sob a direção do secretário Luiz Vergara. No caso da Argentina, o principal órgão, também associado ao poder Executivo, era a Secretaria Técnica da Presidência (STP), responsável pela direção e formulação de políticas econômicas e sociais, além do cuidado da comunicação política do presidente argentino, sob a direção de José Francisco Figueroa. Com a reforma constitucional de 1949, ela foi transformada em Ministério de Assuntos Técnicos, tendo Raúl Antonio Mendé como responsável.

O grande diferencial entre o Ministério e as Secretarias brasileira e argentina é a sua profissionalização e doutrinação, especialmente a partir de dezembro de 1951, quando o presidente argentino convocou a população, por meio do discurso político intitulado "Perón quer saber o que seu povo necessita", irradiado em cadeia nacional, para que ela lhe contasse o que necessitava<sup>2</sup>. Na teoria, as melhores propostas seriam

---

<sup>1</sup> A nossa compreensão de pessoas comuns é muito similar a de "pessoas extraordinárias" que foi proposta por Eric Hobsbawm no livro *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Isto é, homens e mulheres, de distintos grupos sociais e colocações profissionais, cujos nomes são usualmente desconhecidos de todos, exceto sua família, vizinhos e amigos. Nos Estados modernos, seus nomes são conhecidos pelas repartições que registram nascimentos, casamentos e mortes. Em alguns casos, seus nomes também figuram em registros policiais e jornalísticos. Embora sejam desconhecidas individualmente, concordamos com o historiador ao ponderar que coletivamente são os principais atores da história, pois, além de serem maioria, o que eles pensam e realizam faz a diferença, podendo influenciar e mudar as ações e a cultura, em distintos tempos e espaços, portanto, a história. Eric Hobsbawm. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>2</sup> Juan Domingo Perón. "Perón quiere saber lo que su pueblo necesita. Discurso político de Juan Domingo Perón de 3 de dezembro de 1951". In: Juan Domingo Perón. *Obras completas del General Juan Domingo. Discursos de Juan D. Perón, 1950- 1951*. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, 1951.

incluídas no Segundo Plano Quinquenal do governo que estava em fase de elaboração<sup>3</sup>.

As milhares de cartas enviadas foram amplamente valorizadas e utilizadas pelos governos, inclusive com algumas das suas partes transcritas e divulgadas pelo regime em discursos políticos, jornais, livros infantis, revistas governamentais e em outras publicações oficiais. Além das cartas serem usadas pelos órgãos de propaganda política dos respectivos países, as que continham denúncias das ameaças e dos opositores também foram mobilizadas pelos órgãos que prezavam pela segurança nacional, responsáveis pelo monitoramento, combate e repressão das ameaças e dos inimigos dos regimes, conformando uma ampla rede de vigilância e de denúncias que envolveu as sociedades e os governos no Brasil e na Argentina<sup>4</sup>.

A troca de correspondência entre as pessoas comuns e os governantes precede e ultrapassa os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. No entanto, Jorge Ferreira e Donna Guy, que também se debruçaram sobre estas correspondências brasileiras e argentinas, respectivamente<sup>5</sup>, têm destacado a tramitação e a valorização das missivas como o grande diferencial do varguismo e do peronismo. A despeito do processo ser algo particular destes momentos, as milhares de cartas de pessoas comuns enviadas para os governantes são fontes privilegiadas para observarmos a conformação e as particularidades dos pactos políticos forjados, em geral, e as variadas participações populares, em particular. Elas também permitem que nós observemos como estes discursos oficiais não foram recebidos de maneira acríica pelas pessoas comuns.

O objetivo deste artigo é analisarmos e compararmos a construção dos imaginários populares<sup>6</sup> sobre a família durante o Estado Novo e o

---

<sup>3</sup>Mayra Coan Lago. *Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo*. Tese de Doutorado em História Social: Universidade de São Paulo, 2021.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 2011; Donna J Guy. *La construcción del carisma peronista. Cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.

<sup>6</sup> Os imaginários sociais são construídos a partir dos desejos, aspirações, motivações e experiências dos agentes sociais. Portanto, eles abarcam um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. Já os imaginários populares podem ser compreendidos como um conjunto de imagens e representações construídas pelas pessoas comuns a partir de suas aspirações, desejos, motivações e experiências ao longo do tempo e do espaço, em diálogo com as imagens produzidas pelo varguismo e peronismo. Ver Bronislaw Baczko.

Primeiro Peronismo utilizando como fontes principais as 742 cartas das pessoas comuns enviadas ao ditador Getúlio Vargas e ao presidente Juan Domingo Perón<sup>7</sup>. A análise foi realizada com base nos pressupostos teóricos da História Comparada, da História Política Renovada e da Nova História Cultural<sup>8</sup>. Especificamente sobre cartas, os estudos gerais sobre as escritas de si de Angela de Castro Gomes e de Teresa Malatian e os específicos acerca das experiências históricas estudadas contribuíram para estas reflexões<sup>9</sup>.

Para lograr o objetivo, este artigo tem duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira refletiremos sobre as constituições e mobilizações das “grandes famílias” pelos missivistas a fim de expressarem as suas aflições, demandas e reivindicações. Na segunda analisaremos as cartas que denunciaram aqueles que comprometiam a felicidade das “grandes famílias”.

---

“A imaginação social” In: Edmund Leach. *AnthroposHomem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332; Mayra Coan Lago. *Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón*, op. cit..

<sup>7</sup> A partir do critério argumentação baseada na família, analisamos 742 cartas, sendo 397 direcionadas a Vargas e 345 a Perón.

<sup>8</sup> Maria Ligia Coelho Prado. “Repensando a história comparada na América Latina”. *Revista de História*, 153 (2005), pp. 11-33; René Rémond (org.). *Por uma história política*. São Paulo: FGV, 1988; Bronislaw Baczko. “A imaginação social”, op. cit., pp.296-332.

<sup>9</sup> Angela de Castro Gomes (org.). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; Teresa Malatian. “Cartas- Narrador, registro e arquivo”. In: Carla Pinksy Bassanezi e Tania Regina de Luca (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 195-221; Omar Acha. *Crónica sentimental de la Argentina peronista. Sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013; Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 2011; Donna J. Guy. *La construcción del carisma peronista. Cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017; Joel Wolfe. *Working women, working men - São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

## **Dos “filhos” aos “pais da Nação”: reivindicando proteção e justiça pelos laços paternos nacionais**

Vargas e Perón entraram na cena política brasileira e argentina, nas décadas de 1930<sup>10</sup> e 1940<sup>11</sup>, respectivamente. Apesar das particularidades entre o Estado Novo e o Primeiro Peronismo, estes governos promoveram uma série de transformações políticas,

---

<sup>10</sup> Getúlio Vargas assumiu o poder no Brasil por meio de um golpe de Estado em 1930, autoproclamado como “Revolução de 1930”, um movimento armado, fruto de uma articulação de forças heterogêneas lideradas por Vargas, que destituiu o presidente. Desde o início do governo provisório (1930-1934), Vargas manifestou seu desejo de construir uma “pátria nova” através de medidas autoritárias, centralizadoras, intervencionistas e nacionalistas. Durante os governos provisório e constitucional (1934-1937), Vargas enfrentou antigos e novos adversários e lidou com movimentos políticos de matizes distintas. Nos meses que antecederam o Estado Novo, o governo promulgou legislações trabalhistas, mas também reprimiu os trabalhadores e aqueles que foram identificados como ameaças e inimigos do regime. Em novembro de 1937, Vargas estendeu o seu tempo no poder instituindo a ditadura do Estado Novo (1937-1945). A Constituição de 1937, promulgada junto com o golpe, ampliava os poderes do Estado na sociedade. Fonte: Maria Helena Rolim Capelato. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009

<sup>11</sup> Juan Domingo Perón assumiu o poder na Argentina por meio da eleição democrática de 1946. Perón era conhecido dos argentinos desde 1943, pois pertenceu ao grupo que desferiu o golpe de estado que destituiu o então presidente argentino Ramón Castillo, instituindo a autoproclamada “Revolução de Junho”. Em 1944, durante o governo autoritário, Perón acumulou os cargos de Vice-Presidente, Ministro de Guerra, Presidente do Conselho do Pós-Guerra e secretário do Departamento Nacional do Trabalho (posteriormente transformado em Secretaria do Trabalho e Previdência). A partir deste último cargo, Perón se aproximou de parte dos trabalhadores, visitando seus locais de trabalho e promulgando a legislação trabalhista. Apesar da aproximação, Perón era identificado por alguns setores da sociedade argentina como um demagogo. Em outubro de 1945, por diferentes razões políticas e morais, Perón foi obrigado a renunciar seus cargos. Alguns dias depois, em 13 de outubro, ele foi preso na ilha de Martin Garcia. As notícias de sua renúncia e prisão geraram distintas reações nos argentinos, sendo que os setores populares, especialmente os trabalhadores, se concentraram na Praça de Maio no dia 17 de outubro exigindo a liberdade de Perón, que acabou sendo libertado. Após esse episódio, o antigo Secretário despontou como candidato natural das eleições que ocorreram em fevereiro de 1946. Nestas eleições, marcadas pelo clima político do pós-guerra, a chapa representada por Perón, do Partido Laborista enfrentou a frente ampla intitulada União Democrática, formada por uma composição heterogênea de forças políticas, representada por José Tamborini. Logo que foi eleito, Perón passou a identificar o seu governo como uma “revolução nacional”, de cunho social e com participação popular, que construiria um “novo país” por meio da centralização política, unidade nacional, intervenção estatal, nacionalizações e nacionalismo. Fonte: Juan Carlos Torre. *Nueva História Argentina. Los años peronistas (1943- 1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002.

econômicas, sociais e culturais. Estas transformações estavam inseridas em projetos políticos mais amplos dos governantes que tinham, entre seus objetivos, a construção de “novos países”<sup>12</sup>.

A despeito de considerarem formas distintas de construções, Vargas e Perón assinalavam a necessidade premente de garantir a unidade e a integração entre corpos e mentes nacionais. Deste modo, eles recorreram a medidas disciplinares e à promoção de mensagens de identificação e pertencimento a fim de integrarem os indivíduos a uma mesma nação. Especificamente sobre os “laços afetivos nacionais”, desde o início dos seus governos, Vargas e Perón manifestaram interesse pelas famílias.

O interesse pelas famílias está inserido em preocupações do momento relacionadas à modernização e ao desenvolvimento das sociedades, ao crescimento econômico e populacional, a industrialização, a ocupação do território e a moralização e controle dos indivíduos. A partir destas preocupações comuns foi estabelecida uma intervenção direta do Estado nas sociedades amparada nas redefinições da democracia e da cidadania<sup>13</sup>.

Isto traduziu-se em uma série de direitos e deveres da família que foram defendidos e promulgados em leis específicas e nas Cartas Constitucionais brasileira e argentina. Muitas das concepções sobre os direitos e deveres das famílias foram compartilhadas pelas pessoas comuns e mobilizadas em suas cartas, especialmente porque para elas estes direitos antecederam e ultrapassavam os governos de Vargas e de Perón<sup>14</sup>.

Para estes governos as famílias eram compostas por um conjunto de indivíduos, mas também pela “grande família”, concepção que deveria abarcar todos os nacionais. A imagem da nação como uma “grande família” estava associada à ideia de nação como uma totalidade orgânica, ou seja, um corpo uno, indivisível e harmonioso. Alcir Lenharo, tratando da sacralização da política durante o Estado Novo, adotou a metáfora do corpo para refletir sobre o funcionamento do Estado e a relação com as suas partes de forma integrada (território nacional, sociedade e

---

<sup>12</sup> Maria Helena Rolim Capelato. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009; Angela de Castro Gomes. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002; Mariano Plotkin. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Saenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013; Juan Carlos Torre. *Nueva História Argentina. Los años peronistas (1943- 1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002.

<sup>13</sup> Angela de Castro Gomes. *A invenção do Trabalhismo*, op. cit.; Daniel James. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2013.

<sup>14</sup> Mayra Coan Lago. *Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón*, op. cit.

governante)<sup>15</sup>. Segundo o autor, essas partes atuavam como órgãos pertencentes a um corpo tecnicamente integrado; o território nacional era definido como um corpo que crescia, expandia e amadurecia; as classes sociais compunham este corpo, como órgãos dependentes uns dos outros; e o governante encarnava a cabeça que comandava o funcionamento das partes. Nesta imagem do corpo como uma totalidade orgânica as partes não poderiam entrar em conflito entre si e o mesmo acontecia na relação entre a cabeça e o corpo.

A despeito das particularidades das experiências brasileira e argentina, a proposta de Perón, de constituir uma “comunidade organizada” na Argentina, também concebia a nação como totalidade orgânica. Neste caso, a ideia de nação como corpo tinha uma particularidade: ele era nutrido por uma doutrina que orientava o movimento/partido peronista e sua relação com o poder.

Nas cartas, as concepções de “grande família” podem ser observadas na adoção de determinadas metáforas políticas dos regimes, mas também na utilização do pronome possessivo “nosso” pelos missivistas para indicar que seus problemas cotidianos coincidiam com os de outros brasileiros e argentinos. Portanto, eram problemas das “grandes famílias” que precisavam ser solucionados pelos governantes.

A grande maioria dos missivistas dirigiu-se a Vargas e a Perón reconhecendo os seus poderes políticos, mas exaltando os seus atributos morais. Os dois foram identificados como homens de coração bondoso, generoso, caridoso, justo e patriótico. Portanto, a prática política era acrescida ou singularizada pelas qualidades morais dos governantes, que tornavam possível a aproximação das pessoas comuns com os chefes de Estado.

A despeito da singularidade da relação, mesmo os que adotavam as imagens dos governantes como autoridades acessíveis reconheciam a distância entre eles. Assim, na grande maioria dos casos, os missivistas adotaram deferências formais e se colocaram como subalternos, à serviço dos governantes, como filhos e filhas, humildes servos e servas.

Alguns missivistas somaram às concepções oficiais as suas condições como mães e pais de família para relatarem os problemas relacionados ao cotidiano e reforçarem a necessidade de serem atendidos. Outros não mobilizaram o discurso oficial, portanto, ampararam-se apenas nas suas condições como pais e mães de famílias. Assim, observamos que a mobilização do pilar “família” pelos missivistas indicava a sua preocupação com dois objetivos amplos principais: proteção e justiça. Contudo, os argumentos dos missivistas para atingi-los foram

---

<sup>15</sup> Alcir Lenharo. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

variados, sendo que alguns missivistas reivindicaram a proteção e a justiça por se considerarem “filhos” dos governantes e outros por serem cidadãos.

“Pai dos pobres”, “pai dos trabalhadores” e “Sr. Getúlio Vargas” foram as deferências que mais figuraram nas missivas analisadas para o ditador brasileiro. Em agosto de 1938, Cândida de Mello, residente em São Paulo, funcionária da agência de Correios e mãe de 11 filhos, se dirigiu ao Chefe da Nação, Getúlio Vargas, para relatar que estava vivendo dias angustiantes. Por esse motivo, dirigia uma súplica a ele, como faz “uma filha ao pai, porque vos sois hoje nosso pai chefe dedicadíssimo que sois do nosso Brasil e que não deixamos de vos ser muito gratos (...)”<sup>16</sup>.

A missivista adota a identificação de Vargas como “pai”, alguém dedicado que, em troca, tem uma filha que reconhece e agradece seus atos. Como demonstrou Capelato, a construção de Getúlio Vargas como pai evoca um duplo sentido associado: a de autoridade do “líder pai” em relação ao “povo criança”; e a do progenitor, educador e protetor dos filhos. O duplo sentido implicava o reconhecimento que o pai era alguém que os filhos deveriam respeitar, amar e agradecer pelos seus atos<sup>17</sup>.

Candida mobilizou mais o segundo sentido de “pai”, onde Vargas assume o papel de pai de uma família tradicional, que deve proteger seus filhos, garantindo a sua sobrevivência, argumentação que também foi utilizada por outros missivistas. Os “laços familiares” permitem que ela utilize a franqueza e expresse o seu desapontamento com algumas das ações que poderiam ser evitadas pelo “pai”, como o de retirar as crianças da escola por não poder pagar os uniformes obrigatórios e outros materiais:

Ora, Sr. Presidente, não será isto um freio para o futuro do Brasil? Para futuros presidentes? Ao saberem que tal coisa acontecera a uma pessoa que tantos serviços prestara a nação? Espero que V. Excia disponha a me proteger e sempre bendirei o tempo em que as rédeas do Governo estiveram em vossas mãos, defendendo-o sempre que preciso for<sup>18</sup>.

A reclamação de Candida tem como base os papéis desenvolvidos por ela e por Vargas. Em sua visão, ela é uma “boa filha”, que cumpre com seus deveres, então deveria ter os seus direitos garantidos. Como ela faz a sua parte, ela cobra o “pai” para que ele faça a sua.

---

<sup>16</sup> AN-GCPR, série Geral, lata 159, processo 19.040.

<sup>17</sup> Maria Helena Rolim Capelato. *Multidões em cena, op. cit.*

<sup>18</sup> Idem.



Intencionalmente ou não, a transição da forma da escrita, da informalidade para a formalidade, expressa na substituição do termo “pai” por “Sr Presidente” revela que o afeto e a gratidão são condicionados à proteção e ao amparo da missivista. Portanto, é algo que deve ser nutrido e não tomado como garantido.

Na percepção de Candida, uma das formas de nutrir o seu afeto e gratidão era concedendo a proteção do “pai-governante”. Ferreira, estudando os imaginários populares durante o Estado Novo, observou que este termo “proteção”, que anuncia arbitrariedades, visava estabelecer algo caro à doutrina estado-novista: a justiça. Apesar deste elemento comum, os missivistas tinham interpretações muito próprias do que se configurava como (in) justiça, como pedidos de emprego, nomeação própria ou do filho em um concurso público e apadrinhamento<sup>19</sup>.

Após a exposição de sua situação, Candida explica que o governante pode ajudá-la agilizando o processo de afastamento do seu marido. A missivista também menciona o auxílio que Vargas concedeu a um senhor da sua cidade, que havia solicitado a transferência dos membros da família para lá. A menção ao pedido atendido na cidade revela que a informação das atenções do governante circulava, mas também endossa a relação de “filha” com o “pai”; a filha atenta, sabendo que o “pai” deu atenção e “presenteou um irmão”, também reivindica a sua parte da atenção e do presente, em nome dos “netos” do governante. Apesar de estar desapontada, ela encerra a carta endossando o papel de filha ao se despedir “beijando as mãos benfeitoras” de Vargas.

Ana Paula Vosne Martins, ao estudar as cartas das mulheres humildes para Vargas, também identificou que elas acionaram o modelo paternalista como estratégia de comunicação com o poder para conseguir o que pediam ou mesmo como adesão à política paternalista e à ideologia do regime<sup>20</sup>. Embora reconheça os limites do conceito “paternalismo”, a historiadora defende a sua utilidade para analisar a relação entre as políticas públicas para as mulheres e as suas cartas considerando que elas recorreram ao vocabulário e ao imaginário político paternalista para comunicarem-se com o poder. Especificamente no nosso caso,

---

<sup>19</sup> Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

<sup>20</sup> De acordo com a historiadora, as políticas públicas estadonovistas, amparadas num ideário político mais centralizador e autoritário, foram acentuadamente paternalistas porque estabeleceram uma indissociação entre o papel de Vargas como governante e pai protetor da “grande família” brasileira. Ana Paula Vosne Martins. “Dos Pais Pobres ao Pai Dos Pobres: cartas de pais e mães ao Presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo”. *Diálogos*, 12 (2 e 3) (2008), pp. 209-235.

consideramos que, não por acaso, Candida mencionava os filhos e as consequências do descaso governamental para eles, futuros trabalhadores do Brasil.

Este tipo de justificativa, que não está presente apenas nas cartas das mulheres, revela o reconhecimento dos missivistas de que a escrita para o governante transpunha limites. No caso das mulheres, estamos de acordo com Martins ao ponderar que elas ultrapassam não só as “obediências hierárquicas familiares”, onde teoricamente quem deveria escrever era o “chefe da família”, mas também as de “ordem cultural”, de modo que expunham suas histórias pessoais para o homem mais poderoso do país. Nos casos estudados, o reconhecimento dos limites ultrapassados era justificado pelas necessidades mais imediatas das missivistas, compondo o complexo quadro de escrita para o governante<sup>21</sup>.

Na Argentina, a representação construída em relação a Perón combinou as imagens de “pai” com a de “amigo” dos argentinos, o que contribuiu para a construção de uma figura de autoridade paterna acessível e próxima dos filhos da Pátria<sup>22</sup>. “Nosso presidente e pai de todos os trabalhadores”, “pai de todos os argentinos” e “pai da pátria” foram expressões amplamente utilizadas para se referirem ao governante argentino.

Além disso, Eva Perón foi consagrada como símbolo do amor e protetora dos “descamisados”, o que nós identificamos com a imagem da “mãe”. Deste modo, a imagem de Perón como “pai”, responsável pelo sustento e proteção dos filhos, seria combinada com a de Eva Perón, responsável pela mediação dos filhos com o “pai”, pelo amor e ternura do lar. As variações das interpretações e mobilizações das imagens dos “pais da nação”, mais distantes ou acessíveis, revelam as particularidades das construções dos imaginários populares na Argentina peronista.

Neste país, as mulheres escreveram menos para Perón, mas, na grande maioria dos casos, também mobilizaram a responsabilidade moral pelos filhos, evocando as imagens de “mãe” e as funções atribuídas pelo governo peronista em relação ao gênero feminino, sendo Perón o “pai protetor”. Emma Montoya escreveu de Buenos Aires, em 1954, para o presidente Perón:

No dia 8 de fevereiro faleceu meu esposo, empregado do Ministério de Assuntos Técnicos, Direção Geral de Estatística e Censos da Nação; único sustento da família, constituída por

---

<sup>21</sup> Ana Paula Vosne Martins. “Dos Pais Pobres ao Pai Dos Pobres”, op. cit., pp. 209-235.

<sup>22</sup> Maria Helena Rolim Capelato. *Multidões em cena*, op. cit..

três filhos os quais, apesar de todas as dificuldades, estávamos educando com orgulho, pois foi satisfação muito grande, ter um filho que ingressou na Faculdade de Ciências Médicas. (...) Excelentíssimo Senhor Presidente que me prometeram o posto deixado pelo meu esposo defunto, por ser a pessoa mais direta a ele, e dando conferências alusivas no dito Ministério, de que se cumpra com os desejos do General Perón, que a pessoa mais chegada ocupe o posto deixado pelo falecimento, e com fé de poder cumprir com o que me confiaram desempenhar; é por isso que dirijo este chamado de justiça à pessoa que não me defraudará; já que seu povo confia no mais grande que tem o General Perón e sua palavra (tradução nossa)<sup>23</sup>.

Em sua argumentação, Emma procura mostrar como sua família, em geral, e ela, em particular, têm atendido aos critérios de “bons argentinos”, trabalhadores e pais de família, que estavam fazendo a sua parte. A imagem positiva da sua família contrasta com a negativa do descumprimento da promessa acerca da sua posse no cargo do marido falecido. Inconformada, ela recorre ao presidente amparada na condição de mãe, mesmo que não seja de filhos pequenos, e nas promessas políticas oficiais ponderando que aceitaria um cargo em qualquer repartição do governo. Diferente de outros casos similares com o mesmo pedido, Emma recebeu uma resposta positiva do governo, informando que seria alocada em outro departamento, dentro do aparato estatal<sup>24</sup>.

Retomando a reflexão sobre a constituição das imagens de “pai” dos governantes, em outubro de 1952, Angelica Romero González, uma moradora de Córdoba, escreveu ao presidente Juan Domingo Perón. Freira carmelita da instituição *Carmelitas Descalzas*, Angelica relatou que sempre admirara a obra social de Eva Perón e sentia alegria ao saber que as crianças desfrutavam de suas obras. Alegou que, apesar da carência de coisas indispensáveis, nunca solicitara ajuda para as crianças pobres do orfanato no qual trabalhava. Após esta ponderação, a missivista justificou sua carta ao presidente nos seguintes termos: “(...) Se a obra social de Evita não teve fronteiras e nosso orfanato que está no coração de Córdoba tem necessidades, é porque não a fizemos conhecida para Ela [Evita] antes e agora ao nosso Presidente, pai dos pobres” (tradução nossa)<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Archivo General de la Nación, Buenos Aires (AGN)-MT, caixa 591, processos 113513 e 2450.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> AGN-ST, caixa 503, sem número de processo.

A carta da irmã Angelica revela a identificação de Perón como uma autoridade paterna acessível, mas distante quando comparado a Eva Perón, “mãe”, responsável pelo amor e pela mediação com o “pai”. Identificada com a primeira-dama, irmã Angelica procurava seguir seus passos em relação às obras sociais, mas também na mediação entre Perón e as crianças órfãs desamparadas:

Foi tal a confiança que me inspirou sua obra, que não duvidei em enviar o esboço das urgentes necessidades deste lar de crianças órfãs e pobres (...). Se fosse necessária uma explicação pessoalmente, a fim de que fosse beneficiada esta porção de seus prediletos, as crianças, a custo de qualquer sacrifício me apresentaria ante V. Excia na data em que ordenar. Espero ser favoravelmente atendida em recordação da mulher inesquecível que encheu de gozo o coração dos pobres (tradução nossa)<sup>26</sup>.

Combinando imagens relacionadas ao casal, a irmã Angelica ponderou que procurava no “pai” a proteção para os seus “prediletos”, isto é, para as crianças órfãs e desamparadas. Ao comparar seu sacrifício em relação aos órfãos e de Eva com seu povo, reafirmava a admiração pela primeira-dama e reforçava essa identificação ao se referir à realização de suas obras sociais. Ela finaliza o texto enaltecendo a primeira-dama por ter colocado esperança no coração dos pobres. Em suma, valorizou o papel da mãe para chegar no pai.

As imagens da autoridade paterna projetadas pela missivista, que também figurou em outras cartas, contrastavam com a construção da figura de Perón. Segundo Omar Acha, que estudou as cartas dos populares para o presidente argentino, a representação de Perón como figura paterna foi articulada a partir dos discursos cristãos e das antigas alusões patriarcais de dominação masculina. Segundo o autor, esta projeção metafórica foi recebida de formas distintas pelos diversos setores da sociedade e coexistiu com a crise do poder patriarcal, dos pais reais, acrescida da ausência de filhos do casal Perón<sup>27</sup>. As variações das interpretações e mobilizações das imagens dos “pais da nação”, mais distantes ou acessíveis, revelam as particularidades das construções dos imaginários populares na Argentina peronista.

Tanto no varguismo quanto no peronismo, as imagens dos governantes como “pais” eram amparadas nas concepções de autoridade

---

<sup>26</sup> AGN-MT, caixa 503, sem número de processo.

<sup>27</sup> Omar Acha. *Crónica sentimental de la Argentina peronista*, op. cit.

e proteção. No entanto, se diferenciavam no modo de implementá-las. Na Argentina, a imagem do peronismo consistia, mais fortemente, no vínculo com os sentimentos e estímulo à paixão política. A distinção dos “laços familiares” com os “pais” fica evidente quando comparamos as deferências aos dois governantes.

Apesar da variedade dos casos, o que aproxima estes missivistas é a mobilização da condição de “filhos”, com perfis e necessidades diversas, para constituírem ou reforçarem a relação direta e pessoal com os governantes. Ademais, embora acreditassem que deveriam compor as “grandes famílias” brasileiras e argentinas, se sentiam desamparados pelos pais-governantes. Além destes casos mais comuns, os missivistas também escreveram para os governantes denunciando aqueles que comprometiam a felicidade das “grandes famílias”, conforme veremos no próximo tópico.

### **Dos filhos atentos para os pais desatentos: as exposições e o combate aos problemas das “grandes famílias”**

O varguismo e o peronismo utilizaram-se amplamente de imagens dicotômicas entre os “velhos” e “novos” tempos para demarcarem o seu diferencial. Na retórica oficial, os “novos tempos”, que tinham como governantes Vargas e Perón, eram constituídos por melhores condições de vida e de trabalho. Estas configuravam as imagens de felicidade e bem-estar que circularam amplamente por diversos materiais propagandísticos. No entanto, por vezes, as realidades concretas vivenciadas contrastavam com as que eram descritas pela propaganda impressa e pelo rádio.

Algumas das cartas analisadas permitem observar estes contrastes e as distintas posições assumidas pelos missivistas, como necessitados e como delatores. A vigilância e as denúncias foram estimuladas pelos discursos oficiais desde os anos iniciais dos regimes. Contudo, no contexto das crises dos anos 1940 e 1950, elas foram intensificadas.

Especificamente a respeito da questão familiar, a vigilância se expressava na forma de pressões aos “pais-governantes” e nas denúncias dos “irmãos”, sobretudo daqueles que comprometiam a felicidade da “grande família” com o aumento dos preços dos produtos básicos. As pressões para o cumprimento das promessas políticas e as denúncias relacionadas ao aumento dos preços foram as formas dos “filhos atentos” cobrarem os “pais desatentos”, sobretudo para que os missivistas pudessem desfrutar das benesses dos “novos tempos”.

A respeito das pressões, cabe mencionar o contraste observado por muitos missivistas, explícita ou implicitamente, entre as imagens de “novos países” propagadas pelo discurso oficial e as suas realidades cotidianas sofríveis. Em dezembro de 1938, João Evangelista Ferreira, escreve para Vargas explicando a sua situação:

Quem se dirige a vós pela palavra escrita é um nordestino. É um cearense que tangido pela necessidade, pela miséria envergonhada, ousa-vos pedir um auxílio. Emigrado do Ceará para esta terra abençoada do Maranhão, trabalhei juntamente com minha família, na lavoura, durante muitos anos na próspera cidade maranhense de Pedreiras. Atacadas, porém, duas filhas minhas de loucura, e não podendo mais mantê-las em minha companhia em virtude do seu estado de saúde se agravar cada vez mais, fui obrigado procurar esta capital para interná-las em um hospício, onde pudessem ter o tratamento requerido pelo seu estado de saúde. Aqui chegando, assim o fiz, porém, na falta de um hospício internei-as num hospital, onde devido a falta de conforto e não ser apropriado para receber doentes desta categoria, uma faleceu e a outra consegui retirá-la para residir novamente comigo. Com todos esses transe, os poucos recursos que trouxe e que constituíam o meu patrimônio de longos anos de trabalho, esgotou-se, e eu fiquei com a minha esposa, uma filha doente e uma outra sã, duas netinhas, filhas de um filho que se embrenhou pelo Acre, e que nunca mais soube notícias suas, sem lar e sem pão. Recolhido pelo coração bondoso de um sapateiro também pobre, a sua casa de palha, sita no bairro Belira, subúrbio desta capital, e lá estava residindo com os meus e esmolando pela via pública para me manter com a minha família. Agora o dono vai vender a sua casa e eu estou novamente na eminência de ficar sem teto<sup>28</sup>.

João inicia a saudação contrastando o orgulho da sua origem com a vergonha do seu pedido. A narrativa que segue, com as justificativas e nível de detalhes, também reforçam o sentimento de vergonha e a percepção de que o missivista apelava ao governante por se ver sem alternativa.

---

<sup>28</sup> Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (AN)-GCPR, série Trabalho, lata 202, processo 3285.

Por todo o sofrimento que foi exposto, o missivista gostaria de retornar à sua terra natal, onde ele receberia o amparo dos familiares e a filha poderia trabalhar na lavoura deles. Como não tem condições financeiras para comprar a passagem, com “o coração cheio de sofrimentos e envergonhado”, ele pede esta “esmola” para ele e seus familiares. Para provar a sua situação, ele encaminhou junto com a carta um atestado de pobreza emitido pela Polícia Civil de São Luiz do Maranhão. No último apelo, João espera não ficar desamparado “dentro de um país esperançoso”.

A realidade vivida e sentida de João era similar à de muitos outros brasileiros. Contudo, a burocracia estatal não previa medidas para estes casos. Apesar do sofrimento e apelo presentes dirigidos a Vargas, na carta e na comprovação de pobreza, um encaminhamento interno, elaborado pelo Departamento de Povoamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, considerou que o governo não poderia ajudá-lo, pois eles só emitiam passagens para outros Estados para as pessoas que comprovassem a colocação<sup>29</sup>.

Na Argentina, as missivas que trataram sobre o “abandono dos filhos” não foram escritas pelos necessitados, mas especialmente por mediadores que, em geral, não pareciam familiares ou próximos. Maria Carreras de Necco, residente em Córdoba, endereçou uma carta, em 1950, na qual comunicou que havia uma petição dirigida à casa presidencial, informando que, em nome de trinta idosas pedia “socorro já que estão passando uma vida miserável”. Segundo Maria, o socorro poderia ser na forma de comida ou de dinheiro, para terem o que comer no dia dos Reis. A imagem da “esmola” que perpassa a carta reitera que o casal era caridoso; em troca, as senhoras seriam eternamente gratas e os abençoariam<sup>30</sup>.

A carta expressa a polissemia das concepções sobre o papel do casal, mas também as contradições presentes no discurso peronista e nas práticas políticas. No discurso oficial peronista, a concepção de caridade era criticada, pois era associada à ideia de esmola, vinculada às práticas das “empresas oligárquicas”, presentes na “velha” Argentina. Por isso, a caridade deveria ser substituída pela justiça social, relacionada à noção de direitos sociais dirigidos por e para o povo, provenientes do “novo tempo”.

Apesar da distinção das imagens de “doação” e de “conquista”, em algumas cartas, por não conseguirem ter acesso aos direitos sociais, os missivistas acabaram apelando para os pedidos de doação a fim de sobreviver. O governo Vargas, ao contrário, concebia a questão da doação

---

<sup>29</sup> AN-GCPR, série Trabalho, lata 202, processo 3285.

<sup>30</sup> AGN-ST, caixa 470, sem número de processo.

de forma distinta. Como mostrou Angela de Castro Gomes, estudando a ideologia da outorga no Brasil, a relação fundadora do Estado era de doação, de dar e receber dádivas, presentes e benefícios<sup>31</sup>.

Os casos narrados também contrastam com as estratégias argumentativas. Maria Carreras mobiliza uma série de metáforas políticas enquanto João Evangelista menciona somente suas necessidades cotidianas sem fazer referência a Vargas. A solicitação da Maria visava um coletivo mais amplo enquanto a de João um coletivo mais restrito. Maria também figura como mediadora de terceiros, algo que perpassou em outras cartas argentinas, especialmente de mulheres, podendo indicar o reconhecimento da importância de sua participação na “grande família” argentina.

Outra distinção entre as cartas brasileiras e argentinas analisadas é que, no Brasil, a grande maioria das solicitações eram de cunho individual, visando à atenção às necessidades individuais mais imediatas, enquanto, na Argentina, os pedidos eram de cunho coletivo. Esta distinção pode indicar que, no país vizinho, a noção de “grande família”, de coletividade, foi mais introjetada na sociedade.

A pressão das pessoas comuns sob os governantes também pode ser observada nas denúncias dos “bons nacionais” que explicitavam o comportamento dos identificados como “maus nacionais”, representados pelos comerciantes desonestos e desumanos, que aumentavam os preços dos produtos básicos e levavam os trabalhadores e suas famílias à miséria.

As denúncias relacionadas à carestia de vida figuraram em cartas anteriores aos anos 1940 e 1950. Contudo, a partir dos anos 1942 e 1952, no Brasil e na Argentina, respectivamente, observamos um crescimento das denúncias sobre carestia de vida, como as de Julio Solano de Santana, que escreveu do Rio de Janeiro em 1942, e de Celso Alince, que escreveu de Buenos Aires, dez anos depois<sup>32</sup>.

As décadas de 1940 e 1950 fazem parte do segundo momento dos regimes varguista (1942-1945) e peronista (1950-1955), ambos

---

<sup>31</sup> Ainda segundo a historiadora, a ideia de doação podia ser compreendida sob um duplo sentido: o primeiro associado à ideia de “dádiva”, um ato teoricamente voluntário, gratuito e generoso, com uma face desinteressada, mas responsável, pois reconhece a importância de acolher os desamparados; e o segundo relacionado à ideia de receber, implicando uma lógica bilateral do ato, pois quem doa faz por necessidade/responsabilidade e quem recebe “precisa” aceitar o benefício. A combinação do duplo sentido produz a ideia de “retribuir”, associado ao compromisso criado entre doador e beneficiário, portanto a gratidão. Fonte: Angela de Castro Gomes (org.). *A escrita de si, a escrita da história*, op. cit.

<sup>32</sup> AN-GCPR, série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390, processo 23.027; AGN-ST, caixa 668, processo 214.483.



marcados por crises. Na Segunda Guerra Mundial, os combustíveis ficaram escassos no Brasil, o que repercutiu em áreas como transporte e abastecimento da população, levando à escassez de gêneros alimentícios e industriais e consequente alta dos preços. Com a participação do Brasil no conflito, a partir de 1942, a situação se agravou pelo racionamento dos produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade. No Nordeste, especialmente no Ceará, a situação foi agravada pela grande seca de 1941-1942<sup>33</sup>.

Na carta de Julio é possível observar as questões mencionadas:

(...) presidente da República e patrono extremoso e digno do povo brasileiro, que sabe honrá-lo e levá-lo à maior das Vitórias, seja qual for e custe o que custar. Exmo Sr. Presidente, a classe proletária deste mesmo povo que imensamente honra a V. Excia e acha-se entusiasticamente disposto a marchar hombro a hombro junto de V. Excia, em qualquer sacrifício, por maior que seja em defeza da segurança nacional; vem por intermedio deste chefe de família que abaixo assina e que também honradamente si considera um proletário em virtude da sua profissão que é servente de uma repartição pública do Estado do Rio (...) a voz destes deserdados de fortuna, que já viram chegar às portas do seu lar, a fome e a nudez, tudo em virtude da ambição desumana dos comerciantes que desenfreadamente assaltam a bolsa do povo, sem o menor escrúpulo e sem receio de qualquer corrigido, levando assim, a classe proletaria com sua prole ao mais elevado grau de miséria<sup>34</sup>.

A argumentação do missivista indica o contraste entre os “bons” e os “maus” brasileiros. Para o missivista, Vargas e os trabalhadores estavam do mesmo lado, por isso, não era compreensível que eles sofressem tais mazelas. Ademais, o missivista pressiona o governante, sugerindo uma espécie de troca, pois os trabalhadores sempre estiveram ao lado de Vargas em momentos difíceis, portanto, este era o momento que o governante deveria ajudá-los. A respeito dos “maus brasileiros”, Julio considerou como representantes os donos do comércio local e dos

---

<sup>33</sup> Roney Cytrynowicz. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2002; Frederico de Castro Neves. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas”, *Revista Brasileira de História*, v. 21, nº 40 (2001), pp. 107-131.

<sup>34</sup> AN-GCPR, série Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Pará), lata 390, processo 23.027.

secos e molhados e os proprietários de casas de aluguéis. Julio encerra a carta ponderando que "(...) Em todos estes casos ouve-se as vozes das vítimas dizerem: o Chefe do Governo não sabe disto, e o dia em que ele souber, tomará medidas enérgicas, porem ainda não teve quem levasse ao conhecimento (...)" <sup>35</sup>.

Embora seja difícil identificar se adotavam como estratégia ou reconhecimento, os missivistas argumentavam que o aumento de preços não podia fazer parte da política social do regime que prometia proteção e revalorização dos trabalhadores. Na Argentina, a crise do setor externo, sobretudo nos anos 1950, teve consequências na atividade industrial nacional. Neste cenário, os salários reais diminuíram e o governo cortou os subsídios, o que reduziu o poder de compra da população, mesmo de produtos básicos<sup>36</sup>.

A carta de Celso expressa as dificuldades vivenciadas neste momento:

É notável o afã de sua excelência por levar seu povo ao primordial lugar e colocá-lo a frente, como um exemplo ante todas as nações do mundo (...). Mas aqui, que como todo o grande, a depravação de uma moralidade apequenada pela ambição e pela avareza sem limites, lutam desesperadamente por trazer o fracasso ao ideal sustentado por V. Excia e que a todos nos cabe a obrigação moral de defendê-lo até o impossível (...). A luta contra o ágio e a especulação é algo que preocupa muito seriamente, mas que a todos, a nosso Credo Peronista, que tem que combater-la; com todo o respeito, que me merece V.Excia rogo-lhe que aceite esta insinuação que faço chegar unicamente se for útil (tradução nossa)<sup>37</sup>.

Assim como Julio, Celso escreve ao presidente adotando a dicotomia entre os "bons" e os "maus" argentinos, identificando-se com Perón como um "bom argentino". Celso também atribui a responsabilidade pelo aumento dos preços a um terceiro, sendo entendida como resultado dos que não valorizam as políticas peronistas.

---

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Pablo Gerchunoff e Damián Antúnez. "De la bonanza peronista a la crisis del desarrollo". In: Juan Carlos Torre (org). *Nueva História Argentina*. Los años peronistas (1943-1955). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, pp. 125-207.

<sup>37</sup> AGN-ST, caixa 668, processo 214.483.

Apesar destas semelhanças, há duas diferenças marcantes entre as cartas dos brasileiros e argentinos analisadas. A primeira se refere à própria relação estabelecida com os governantes. Na Argentina, apesar dos argentinos reconhecerem a hierarquia política, ou seja, Perón como presidente, de maneira geral, os “filhos” sentiam que a relação com o “pai” era mais acessível e horizontal, que permitia a Celso aconselhar o presidente; já os brasileiros não compartilhavam este sentimento. Esta percepção permitiu que os argentinos se sentissem mais confortáveis para pressionarem o presidente e oferecerem soluções.

Além disso, no Brasil, a maioria dos missivistas denunciaram a carestia de vida e os seus responsáveis, os “maus brasileiros”, mas acreditavam na capacidade do presidente de encontrar uma forma adequada de controlar a situação. Na Argentina, ao contrário, os missivistas denunciavam e apresentavam soluções para controlá-la. No caso de Celso, ele considerou que a província de Buenos Aires tinha muitos homens dispostos a colaborar, portanto, sugeriu que eles fiscalizassem o comércio, sob a orientação de Perón. Quanto aos identificados como “maus argentinos”, estes deveriam ser presos por, pelo menos, quinze anos<sup>38</sup>.

Também houve casos em que os missivistas argentinos recomendaram livros de controle de mercadoria, etiquetas especiais, comissões vizinhas para controle de preços em zonas e instalação de lojas justicialistas ambulantes, que circulariam por todo o território nacional e proibição de propaganda dos produtos básicos.

## **Considerações finais**

Neste artigo analisamos e comparamos a constituição dos imaginários populares sobre a família durante o Estado Novo e o Primeiro Peronismo. Para lográ-lo, fizemos algumas considerações gerais sobre a família no varguismo e no peronismo e demonstramos algumas das formas que a família foi mobilizada pelas “pessoas comuns” visando a proteção e a justiça dos governantes. Apesar das particularidades das cartas, observamos que a argumentação estava amparada nas imagens das “grandes famílias” brasileira e argentina e, conseqüentemente, nos supostos laços familiares nacionais que os aproximavam dos governantes, sendo eles como “filhos” e Vargas e Perón como “pais-governantes”.

A partir da mobilização da “família”, os missivistas expuseram as suas necessidades e realizaram as suas reivindicações. Apesar destes

---

<sup>38</sup> Idem.

elementos comuns, os “filhos” tinham perfis e necessidades distintas, o que permitiu que observássemos as variadas estratégias argumentativas para justificar a proteção dos “pais-governantes”. Do mesmo modo, a despeito das imagens idealizadas de “grande família” produzidas pelo discurso oficial, nas cartas é possível notar as dificuldades cotidianas dos missivistas que revelam os problemas comuns e particulares das “famílias nacionais”, bem como as distintas identificações dos “responsáveis” pelas situações vividas.

## Referências

- ACHA, Omar. *Crónica sentimental de la argentina peronista. Sexo, inconsciente e ideología, 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: LEACH, Edmund. *AnthroposHomem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Edusp, 2002.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- GERCHUNOFF, Pablo e ANTÚNEZ, Damián. “De la bonanza peronista a la crisis del desarrollo”. In: TORRE, Juan Carlos. *Nueva História Argentina. Los años peronistas (1943-1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002, pp. 125-207.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GUY, Donna J. *La construcción del carisma peronista. Cartas a Juan y Eva Perón*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Biblos, 2017.
- HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Trad. de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2013.
- LAGO, Mayra Coan. *Exmo. Sr. Getúlio Vargas, Mi Querido General Perón: imaginários populares no varguismo e no peronismo*. Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2021.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.
- MALATIAN, Teresa. “Cartas- Narrador, registro e arquivo”. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, pp. 195-221.
- MARTINS, A. P. V. “Dos Pais Pobres ao Pai Dos Pobres: cartas de pais e mães ao Presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo”. *Diálogos*, 12 (2 e 3) (2008), pp. 209-235.
- NEVES, Frederico de Castro. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas”, *Revista Brasileira de História*, 21 (40), 2001, pp. 107-131.

- PERÓN, Juan Domingo. Perón quiere saber lo que su pueblo necesita. Discurso político de Juan Domingo Perón de 3 de dezembro de 1951. In: *Obras completas del General Juan Domingo. Discursos de Juan D. Perón, 1950- 1951*. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, 1951.
- PLOTKIN, Mariano. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Saenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. "Repensando a história comparada na América Latina". *Revista de História*, 153 (2005), pp. 11-33.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. São Paulo: FGV, 1988.
- TORRE, Juan Carlos. *Nueva Historia Argentina. Los años peronistas (1943- 1955)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2002.
- WOLFE, Joel. *Working women, working men - São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

Recebido em: 06/09/2022.

Aceito em: 06/11/2022.